



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0008753-72.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**  
Requerente: **JORGE MARIO DOS SANTOS**  
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor questiona o valor de faturas que recebeu da ré em decorrência da prestação de serviços que ela lhe fez.

A pretensão deduzida não pode prosperar.

Com efeito, a ré em contestação justificou adequadamente o procedimento que levou a cabo para a emissão das faturas trazidas à colação.

Ficou patenteada revisão de uma delas, excluindo-se de seu montante o valor da visita técnica realizada ao autor, mas mesmo assim ele não a quitou na sequência.

Outrossim, os valores das faturas seguintes igualmente estavam dentro dos parâmetros contratados entre as partes, não se vislumbrando vício ou irregularidade que os maculasse.

Nem mesmo a cobrança em duplicidade invocada pelo autor teve vez, como restou apurado.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Esse panorama conduz à rejeição da postulação formulada, merecendo destaque o silêncio do autor em relação à peça de resistência apresentada pela ré, quando salientou que desde julho/2015 ele nada lhe paga pelos serviços prestados, inclusive com a aquisição de diversos filmes.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 19/20, item 1.

P.R.I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**